

QUANDO O CONGO ERA UM REINO PARTE II

12- O PRIMEIRO PRELADO NEGRO: VITÓRIA DE D.MANUEL I

D. Henrique foi uma das principais figuras que Roma admirou na embaixada enviada ao Papa em 1514 pelo Rei D. Manuel I de Portugal, sob a chefia do descobridor Tristão da Cunha. Quatro anos mais tarde, em 3 de Maio de 1518, foi D. Henrique sagrado Bispo de ÚTICA, apesar da oposição que os Cardeais haviam manifestado.

A sagração de D. Henrique representou uma vitória para a política de El-Rei D. Manuel, "O VENTUROSO", porque a Europa não compreendia que um negro pudesse ser elevado à plenitude do sacerdócio, ao episcopado.

Com hipocrisia ou sem ela, fato consumado é o que importa, foi Portugal o primeiro País a atingir a plena fraternidade entre as raças humanas.

Infelizmente D. Henrique faleceu antes de ser elevado a Bispo do Congo com a criação da Diocese do mesmo nome.

13- UMA PRESENÇA SILENCIOSA EM PORTUGAL.. BIBLIOGRAFIA DO IMPÉRIO COLONIAL:OS TESOUROS AMEAÇADOS...

É nosso dever prestarmos homenagem ao distinto historiógrafo e pesquisador brasileiro Prof. Doutor José Ramos Tinhorão. Seu livro "OS NEGROS EM PORTUGAL - Uma presença silenciosa", Editorial CAMINHO,SA, Lisboa, 1988, 31- Coleção Universitária, 460 páginas, tiragem 3.000 exemplares!!! (merecia ser reeditado e difundido obrigatoriamente nas escolas secundárias e superiores da CPLCP) é o fruto de uma pesquisa inédita, séria e profunda que, paradoxalmente, não encontrou respaldo digno em Portugal, sendo totalmente desconhecida (tal como acontece com "O LUSO E O TRÓPICO", de Gilberto Freyre!) no Brasil!!!...

Em nossa biblioteca na cidade de Lisboa, estagnando em estantes de madeira nobre (de que são merecedores) está um considerável acervo de livros, entregues à poeira e à umidade, no nosso real (mas na verdade para nós sempre virtual...) pequeno gabinete de trabalho [onde um cruel Destino jamais nos concedeu o ensejo de nele podermos trabalhar e produzir pesquisa, no remanso de uma pensão vitalícia compatível com os serviços que prestamos à que foi nossa Pátria até "25 de Abril de 1974", arriscando a vida não poucas vezes, e no desempenho de altas funções... mal remuneradas (nossos artigos para a imprensa e radiodifusão, na ação psicológica, não eram pagos e por tudo o que fazíamos recebíamos do Conselho Provincial da Ação Psicológica a "enorme" retribuição de 1.300 escudos mensais, a título simbólico, como pode confirmá-lo o ex- Diretor Provincial dos SCCIA, Brigadeiro da Res^a Renato Fernando Marques Pinto, atualmente domiciliado em Oeiras, Portugal). Não poucas vezes sofremos "na pele" as injustas perseguições do então titular da Pasta do Ultramar, Prof. JMSC, que quase nos iam motivando à deserção para a República Democrática da Alemanha quando, em Outubro de 1969, nos deslocamos a Berlim Leste, como convidado oficial do Governo alemão ocidental, de

Bonn...Uma história, essa, que algum dia, se vivermos um pouco mais, daremos a conhecer ao grande público da Internet... Se tivéssemos pedido ali asilo político, hoje seríamos, em Portugal ou em Angola, um "herói nacional", um dos contemplados com promoções na vida militar ou uma cadeira de ministro, de parlamentar ou de diretor geral, ou talvez um prémio Nobel, com uma polpuda pensão de aposentadoria, distinções e viagens ao exterior em... missões oficiais, como recompensas por havermos estado no... exílio, ainda que este tivesse sido dourado... como o de Álvaro Cunhal, Mário Soares (Antônio de Almeida Santos foi mais cauteloso e por isso jamais teve de asilar-se no estrangeiro...), Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Agostinho Neto (não digo o mesmo do mui digno e incomparável nacionalista AMILCAR CABRAL, do PAIGC) e quase todos os demais, com exceção, como é óbvio, dos pobres "peões" arrastados (como o "Chico da CUF") para a diáspora por ingénuos idealismos... alardeados por "doutores...proletários". Mas devido à, para nós, inesquecível (até que a lei da morte nos apague a memória) porque VERGONHOSA, irresponsável, precipitada, inconsequente, criminosa e mal processada, "descolonização... exemplar nossa única solução de sobrevivência foi sair de Portugal, uma vez mais, buscando no Brasil o respeito e a dignidade que nos eram negados no País de que, por força da sua anti-democrática lei da nacionalidade, continuamos sendo cidadão. Na Angola dita "comunista" o que nos aguardaria, se a procurássemos, seria um assassinato pela polícia política do sistema pró-Moscou ali colocado pelos democráticos (!!) "capitães dos cravos vermelhos". Vergados já ao peso de meio século e sem meios de fortuna (não fizemos tráfico de... "feijão branco" -diamantes em bruto- em Angola...) nem nepotismos a proteger-nos de maus dias, visando apenas angariar honestamente proventos suficientes para manutenção da nossa família nuclear, que teve de ficar para trás [isso devido à forma injusta como deixamos a nossa carreira pública sem termos sido considerado, pelos "capitães dos cravos vermelhos", pidesco ou "bufo da PIDE", tanto que nunca em Portugal fomos molestados pela JSN/MFA ou objeto de inquéritos], forçados pelas circunstâncias tivemos também de abandonar uma preciosa historiografia ultramarina, reunida ao longo de muitos anos de sacrifícios e privações para podermos adquiri-la, sem, até agora, haver no nosso "horizonte" qualquer descendente ou amigo nosso, jovem, que se interesse por lê-los (exceção feita ao angolano, idoso como nós, já citado- Renato Fernando Marques Pinto,"- que, contando com a nossa colaboração, pôde saber da existência de OS NEGROS EM PORTUGAL- Uma Presença Silenciosa, do Doutor Tinhorão, que leu e releu, confessando-se profundamente impressionado).

Prezamo-nos de ter colecionado, durante mais de 50 anos, esse acervo bibliográfico que contém tesouros valiosos, mormente sobre o antigo Império Colonial Português, essenciais à boa formação cultural da comunidade lusófona, uma vez que os inimigos de ontem devem comportar-se fraternalmente hoje mas com autenticidade, observando o sentimento poético de FERNANDO PESSOA de que nossa verdadeira Pátria é a língua que falamos. Ignoradas nas escolas e entre os intelectuais brasileiros, lusitanos, africanos e asiáticos que utilizam a língua portuguesa (na verdade..."galega"); provavelmente, depois da nossa morte, que não tardará muito, essas e outras relíquias bibliográficas, históricas e não só, e originais de documentos que fazem história, que ainda possuímos, serão consideradas (face ao aparente desinteresse das novas gerações por bibliografia que não seja policial, pornográfica, romântica ou importada da estranja, de línguas não-portuguesas) micos imprestáveis e importunos.

Em Portugal como no Brasil, o destino dessas bibliotecas particulares indesejáveis pelos jovens é, repetimos isto para despertar a consciência de quem ler estas linhas (talvez criem uma ONG para salvar essas obras, levando-as ao conhecimento público generalizado), serem transformadas em picadinho de papel para reciclagem...Um amigo e colega nosso, brasileiro, de grande envergadura intelectual,o Prof. Dr. Olavo Rubens Leonel Vieira, da UNISAL onde leciona na Faculdade de Direito, recebeu de um colecionador do Rio de Janeiro, por doação, dois milhares

de livros, títulos clássicos nacionais e universais, porque, tendo sido inicialmente doados a uma instituição beneficente, esta declarou que, para realizar fundos e como resultara vazio um leilão que fizera, iria transformá-los em papel picado para depois serem reciclados como pasta de papel, pelo que a doação foi anulada...A este respeito é nossa intenção escrevermos um trabalho para esta seção, sobre o título "OS PORTUGUESES DE UGULIM"...de que salvamos um exemplar. Um trabalho de pesquisa histórica feita na Índia por um padre salesiano, brasileiro, Sebastião Assis Carvalho, missionário carioca ignorado pelos seus colegas da Inspeção de S. Paulo, no Brasil (a obra que adquiri no lixão da UNISAL por dois Reais (!), ainda se apresentava "virgem", com as folhas lacradas; portanto, nunca fora lida, estava sendo expurgada, como mono, da biblioteca do campus de Lorena!!!). Seu contributo para a verdadeira história da presença portuguesa na Índia é inestimável.

Por isso, ofertamos exemplares fotocopiados (que nos perdoe o autor, se ainda vive) desse livro também ao general Mário Arnaldo de Jesús da Silva, nosso primo, Prémio Defesa Nacional no curso da Academia Militar, como nós luso-descendente de origem goesa, e ao coronel Manuel Rio de Carvalho, também nosso primo, diretor do JORNAL DO EXÉRCITO. Conhecedores da história militar portuguesa, todavia desconheciam que houvera milhares de piratas portugueses nos rios de Bengala, no século VII...

Como atrás consta, emprestamos o nosso exemplar dessa obra de Tinhorão, que há anos nos foi ofertado pelo presidente do Quilombo de Lorena do Movimento dos Negros do Brasil (ao qual demos assistência até à penúltima direção que o..^o..desativou), José Matoso; tinha-o adquirido em São Paulo, num lixão, como mono de livraria (sem procura e também... sem interesse da parte do seu primeiro dono, pois veio com as folhas ainda lacradas). Renato Marques Pinto, prestigioso oficial com o curso de estado maior e general do Exército Português ia participar, em Londres, numa Conferência Internacional sobre as Guerras Coloniais. Leu esse livro de Tinhorão, que lhe emprestou valiosos elementos de informação que enriqueceram as suas intervenções naquele evento, classificando-o depois, em carta de agradecimento que nos enviou de Portugal, como notável trabalho de pesquisa que muito apreciou pelo seu conteúdo valioso e por ser inédita...

Também o nosso mestre de História da Expansão da Cultura Portuguesa no Mundo, no ISCSP/UTL, Prof. Doutor Vitorino de Magalhães Godinho, em suas lições citava exemplos significativos sobre o processamento do intenso intercâmbio cultural, religioso e económico luso-conguês na primeira metade do século XVI. É um autor que merece ser reeditado e lido com carinho. Verdadeiro democrata, ferrenho adversário de Salazar, jamais denegou, no entanto, a importância da portugalidade no fenómeno colonialista lusitano.

14- O CONGO E O POVOAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, ACULTURAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE INQUISIÇÃO E INFANTICÍDIO DE CRIANÇAS JUDIAS...

OS ANGOLARES OS CÔNEGOS PARDOS E OS HOLANDESES

Do reino do Congo saíam ainda, depois de ordenados em Lisboa, os famosos Cônegos Pardos que governaram as Ilhas de São Tomé e Príncipe durante a dinastia filipina (digam o que disserem, legítima, o mesmo não podendo dizer-se plenamente da "bragantina", de um ramo bastardo, que arruinou o império colonial lusitano) em Portugal e ao

tempo da invasão flamenga, no século XVII.

Apesar de não se terem encontrado documentos decisivos para o comprovar, é geralmente aceite que a ilha de S.Tomé foi descoberta por João de Santarém e Pero Escobar entre 1470 e 1472. Na mesma expedição teriam sido também descobertas as ilhas de Ano Bom, Santo Antônio (que depois passou a chamar-se Príncipe (que viria a mudar o nome para Fernando Pó que séculos mais tarde viria a ser, com Ano Bom e Rio Muni no continente africano, colônia do Reino da Espanha até ao início dos anos 60 do século XX).

O povoamento da ilha de S.Tomé, que era desabitada na altura em que lá chegaram os navegadores portugueses, foi iniciado cerca de 14 anos após a descoberta. Dada a sua situação privilegiada, no que respeita às correntes marítimas e ao regime de ventos, tornou-se um ponto de escala para os navios que demandavam o hemisfério austral. Esteve entregue a vários donatários, o primeiro dos quais foi João de Paiva, até que, em 1521, passou ao domínio direto da Coroa Portuguesa.

A principal povoação, que em 1485 fora fundada em Ana Ambó, veio a ser transferida para junto da baía de Ana Chaves, após 1493, originando a atual cidade de S.Tomé. Por volta de 1550, além dos portugueses idos da metrópole (muitos quais da ilha da Madeira) havia castelhanos, franceses e genoveses, negros de várias origens, mas sobretudo do Congo e do reino de Ngola, e grande número de mestiços ou pardos. Nesta altura, a população deveria ultrapassar já os 10 mil habitantes.

Esse país insular, constituído pelas ilhas de S.Tomé e do Príncipe, que ficam situadas no Golfo da Guiné, faz parte de um alinhamento vulcânico, orientado na direção NE-SO, com cerca de 2.000 quilómetros de comprimento, em que se encontram também as já mencionadas ilhas de Ano Bom e Fernando Pó (que integram o território da República da Guiné Equatorial)e, no continente, as montanhas dos Camarões. Adjacentes à ilha de S.Tomé existem alguns ilhéus, dos quais, os mais importantes são: a sul, sobre a linha imaginária do Equador, o das Rolas (ou de Gago Coutinho) a NE o das Cabras; e a leste, o de Santana e um aglomerado de 18 rochas denominado Sete Pedras... A superfície total da atual República Democrática de S.Tomé e Príncipe é de 1001 quilómetros quadrados, sendo a ilha de S.Tomé, incluindo os ilhéus, a maior, com 859 quilómetros quadrados. Além das duas ilhas e dos ilhéus indicados, fez parte dessa colônia até aos idos da década de 1960, o Forte de S.João Batista de Ajudá, encravado no território que hoje constitui a República do Daomé, ocupado em 1961 pelas autoridades daoméenses que prenderam e depois expulsaram o funcionário administrativo português, do Ministério do Ultramar, que ali desempenhava o cargo simbólico (por razões meramente históricas) de administrador residente.

A localização das ilhas na zona de baixas pressões do Equador, a densidade da sua cobertura vegetal e as variações de altitude são os principais fatores que condicionam o clima de S.Tomé e Príncipe.

A primeira experiência de povoamento foi feita com escravos idos dos reinos do Congo e de Ngola, dos quais descendem na sua maior parte os atuais habitantes negros que adotaram, devido à sua origem, a designação de angolares, e crianças judias arrancadas às suas famílias em Portugal pelos padres do Santo Ofício (Tribunal da Inquisição), as quais não resistiram à inclemência do clima equatorial e pereceram na sua totalidade. Isto significa que as organizações judaicas que lutam pelas indenizações às famílias das vítimas do holocausto nazista, também poderiam pensar em fazer um levantamento, que até seria viável, exigindo ressarcimento mediante indenizações a serem pagas...com 5 séculos de atraso, pela Igreja Católica Portuguesa e/ou pelo governo democrático e socialista de Lisboa conhecido pelas suas exigentes posições em termos de defesa dos Direitos Humanos. Seria justo! Por que não?

Em meados dos anos 60 conhecemos em Luanda um angolano branco, José Igreja,, da empresa Transmar, agente da Empresa Insulana de Navegação, que estivera em São Tomé alguns anos. Emprestou-nos ele um livro raro, edição do século passado, no qual se narra, detalhadamente, a história de S.Tomé, referindo um período histórico, durante o reinado (que não consideramos de "usurpação" ou "dominação" de soberano estrangeiro) da dinastia Filipina em Portugal, em que os chamados cónegos pardos governaram, com critério e competência administrativa, o território da colônia. Esta também foi objeto de conquista e ocupação, simultâneas às de Angola, pelos holandeses da Companhia das Índias. Esse livro, cujo título nos escapa, era uma obra inédita de autor anônimo que vivera em São Tomé, anônimo, de que tinham sido impressos apenas 500 exemplares.

A descolonização de S.Tomé não foi objeto de luta armada precedente ou de distúrbios como os que ocorreram e prosseguem, em Angola e só recentemente cessaram em Moçambique. Mas durante a década de 50 do século XX registraram-se ali graves incidentes com trabalhadores de fazendas produtoras de cacau, de brancos, que foram jugulados com efusão de sangue, estando ali ao tempo, à frente da delegação da PIDE, o conhecido Dr. Anibal de São José Lopes, licenciado em Ciências Econômicas, inspetor adjunto, que pela sua atuação nessas ocorrências foi posteriormente distinguido com a direção da mesma organização policial em Angola, ao começarem a surgir ali indícios da existência de movimentos subversivos nativistas. Por estranho que possa parecer, São José Lopes, homem muito competente mas odiado pelos emancipalistas angolanos, encontrava-se em Lisboa à data da "revolução" de "25 de Abril de 1974" e não foi preso mas sim, por ordem do general Costa Gomes, com quem almoçara na véspera na messe de Oficiais de Pedrouços, como na altura noticiou o semanário NOTÍCIA, de Luanda, conduzido pelo major de engenharia com o curso de EM Sanches Osório ao aeroporto de Lisboa, e embarcado num voo dos TAP para Luanda, conforme aquele oficial relata em seu livro "O Equívoco do 25 de Abril" (Editorial Intervenção, Lisboa, 1975). A páginas 41, escreve Sanches Osório: " Eu estava, porém, apreensivo com toda a discussão a que tinha assistido nesse dia, nomeadamente com a oposição do Gen. Costa Gomes ao desmantelamento da PIDE. Com efeito, estava eu em Pedrouços quando me aparece o Com. Silveira Pinheiro, ajudante do Gen. Costa Gomes, com uma "encomenda" para mim: nada mais nada menos do que o Dr. São José Lopes, Diretor da PIDE em Angola, com instruções do Gen. Costa Gomes para eu o levar ao Aeroporto da Portela de Sacavém a fim de que ele pudesse fugir para Angola. Efectivamente cumpri as ordens pois vinham de um membro da Junta." Existe uma inverdade nesta afirmativa, a que concerne à qualidade de São José Lopes, que não era mais Diretor da PIDE em Angola e sim, Inspetor Superior, em comissão, para a África, pois tempos antes pedira exoneração da polícia política por ter sido, a seu pedido, nomeado Inspetor Superior de Economia do Ministério do Ultramar, cargo em que foi empossado, mas pressionado continuou na DGS (ex-PIDE) temporariamente, em comissão de serviço.

Fato curioso e até algo caricato, é que São Tomé teve também o seu Movimento de Libertação - o MLISTP - que tinha apenas, que se saiba, um único militante e seu presidente: MIGUEL TROVOADA, que estava vivendo na vizinha República do Daomé, salvo erro.

De S.Tomé era natural um Negro brilhante, o Professor Doutor Francisco Tenreiro, diplomado pela Escola Superior Colonial, de que, por evolução, é herdeiro o atual ISCSP/UTL, e doutorado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa; inteligência tão invulgar que nessa faculdade onde fez o seu doutoramento, acedeu, por provas públicas, a professor catedrático. Quando da nomeação do general Venâncio Deslandes, em 1961, para Governador Geral de Angola - cargo de que viria a ser exonerado por ter ali criado o embrião de universidade, os Estudos Gerais Universitários, sem ter previamente ouvido o governo central, o que não

correspondia à verdade pois, antes de ele ir ocupar aquele alto cargo, o então Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (que a curto prazo ascenderia a Ministro do Ultramar), Prof.Dr. Adriano Alves Moreira, ter-lhe-ia dado, verbalmente, concordância a esse respeito. Tenreiro foi pouco depois convidado, pelo Ministro do Ultramar, para assumir o cargo de Secretário Provincial da Educação de Angola, que aceitou, mas na véspera da sua tomada de posse, de madrugada, em sua residência, na capital portuguesa, embora fosse jovem, teria sido acometido de estranha e súbita doença da qual faleceu nessa mesma noite, motivo por que, às pressas, se procurou - o Gabinete dos Negócios Políticos - um outro melanoderme (para calar as acusações de racismo e colonialismo correntes na ONU...e nas organizações internacionais socialistas ou comunistas, hostis a Portugal): pretendia-se um elemento qualificado, que foi achado em Viana do Castelo, no liceu daquela cidade; um professor Negro, natural de Cabinda, licenciado em História, o Dr. José Pinheiro da Silva, casado com uma branca, também professora do ensino médio, e deputado à Assembléia Nacional, que seria. por largos anos, o titular daquela pasta na maior colônia portuguesa, então "província ultramarina" e mais tarde, "Estado". Contamo-lo entre os nossos amigos; segundo parece, tal como o arcebispo Muaka, que o MPLA escorraçou de Luanda pelo que teve de procurar abrigo em Braga, conserva sua "alma cabinda", o que muito o abona, se assim acontece.

15- RETORNANDO A SÃO SALVADOR DO CONGO, CENTRO DO PODER...

E DO MAIOR MÉRITO DE SEU GENIAL MONARCA

(Missionários, professores, geólogos, metalúrgicos e médicos- eram os pedidos do rei)

Mas o maior mérito do rei congues foi, destacamos uma vez mais, ter-se oposto, categoricamente, à escravatura. Ele sempre recusou a entrada de negreiros no seu território, apesar da insistência de alguns chefes locais, que almejavam auferir grandes lucros desse tráfico, ao qual nomeadamente se cometiam os seus colegas da Guiné.

A propósito de escravatura, consideramos necessário fazer algumas reflexões. Verifica-se de há meio século a esta parte uma irresistível tendência de associação de NEGRO a ESCRAVO no passado histórico colonial. Ora a HISTÓRIA DO HOMEM E DOS POVOS é muito mais antiga do que pensam esses que persistem em conjugar esses dois dados do binômio olvidando outras fatos históricos que o neutralizam. É inútil procurar a origem da escravatura , tão remota ela é (e continua existindo, em África, nos países árabes e até no Brasil...onde não faltam denúncias e notícias nos grandes rotativos). Vejamos o que sobre esse assunto escreveu o saudoso mestre do ISCSP/UTL Pe. Antônio da Silva Rêgo:

"Confunde-se quase com o início da história da humanidade. O forte, o vencedor, o rico, o poderoso, cedo manifestaram instintos anti-humanos, servindo-se dos seus semelhantes como de seres inferiores, reduzindo-os à servidão, à escravidão. Este estado cedo entrou no direito dos povos. O Império Romano conheceu e praticou a escravatura em enorme escala. Os escravos eram "coisas", e a sua carne tanto servia pra alimentar aquários, como para se desfazer em pedaços, em cruentos combates de gladiadores.

"Veio o Cristianismo. Como o Evangelho é mais evolução do que revolução, aceitou-se o facto. Mas os seus ataques indirectos não

podiam ser mais certos. Prêgando a unidade e a igualdade do homem perante Deus-Pai, revolucionou o mundo. A revolução do Cristianismo baseia-se no amor e não no ódio ou na luta de classes. Existe escravatura quando se relega o homem para um plano inferior de humanidade. Deixa de existir, quando o escravo sobe para o nível comum."

"Aconteceu com S.Paulo um caso verdadeiramente sintomático. O senhor romano Filémon possuía um escravo, chamado Onésimo. Este fugiu de casa do seu senhor e refugiou-se junto de S.Paulo. Acontecia, porém, que Filémon era cristão. S.Paulo restituiu-lhe o fugitivo "já não como servo, mas em vez de servo, um irmão no baptismo muito amado." (Lições de História do Império Português, Rêgo, Antônio da Silva, Escola Superior Colonial, Edição do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, 1052-1953, páginas 136-137).

Era de São Salvador , a capital que domina o rio Lunda, que Afonso reinava sobre o conjunto de seus vassallos africanos. Havia declarado o seu reino "vassalo e tributário" do Reino de Portugal, mas isto não queria dizer que fosse governado pelos portugueses e só aconteceu devido às ameaças de reis vizinhos, menos evoluídos, como o de N'Gola (Angola). Continuava a sua vida normal de Estado independente exercendo-se a ação portuguesa , principalmente, por intermédio de missionários.

A cidade contava cerca de 1.500 habitantes europeus e 30.000 Negros. Era abastecida de água potável e se situava em lugar bastante salubre.

Tinham sido ali construídas uma dúzia de igrejas e capelas; a catedral, Vera Cruz, fora edificada com tijolos.

O palácio real, um grande edifício, pavimentado, estava protegido por uma alta muralha.

Amplas avenidas bordejadas de palmeiras e naturalmente ornamentadas por árvores gigantescas onde eram pendurados os criminosos, apresentando um fontanário, de uso público e bem decorado, que sobressaía neste conjunto de dia ensolarado; nelas se deslocava ordeiramente, em pacífica convivência, uma população de que se evidenciavam os autóctones negros e mercadores holandeses, portugueses, flamengos da Flandres, ingleses e judeus que realizavam com aqueles, operações de escambo de: tecidos, tapeçarias, cutelaria, adornos, colares de contas de vidro e utensílios diversos em troca de marfim, frutos, velas para as naus feitas com casca de embondeiro, peles...

Quando aplicava justiça, o soberano se sentava num trono de ouro e marfim usando um barrete alto do qual pendia um rabo de cavalo, segundo relatam os cronistas."

Na verdade, tratava-se de um rabo de zebra e não de cavalo.

O famoso Dapper escreveu em sua obra "NOVA DESCRIÇÃO DOS PAÍSES AFRICANOS"(1668): "...o animal assemelha-se a uma mula mas sua pelagem é pintalgada na cabeça como a do tigre, no corpo listada com listas pretas e brancas e coloração intermediária entre azul e o ruivo, as patas e as orelhas são igualmente malhadas com estas três cores. Estes animais são selvagens, de tal modo rápidos que é muito difícil capturá-los vivos para adestramento. O Rei Afonso, em vez de deixar correr as coisas ao sabor dos acontecimentos, traçou um vasto programa de ação.

Transcrevemos do jornal "LA VOIX DU KATANGA", edição de 4 de Janeiro de 1964, as seguintes passagens de um artigo escrito pelo jornalista negro Jo GERARD, catanguês (ao tempo da secessão da província do Catanga proclamada por Moisés Tchombé, pró-ocidental, traído pelo Ocidente como Jonas Malheiro Savimbi na atualidade ...):

" Em 1518, o rei Afonso, que havia enviado seu filho, Henrique, para estudar religião em Portugal, teve conhecimento que este, após brilhantes exames, fora sagrado Bispo retornando ao reino paterno para

ali formar um clero indígena".

Na mesma altura, Afonso encarregou três professores portugueses, a fim de abrirem escolas onde seriam ensinadas leituras, gramática, matemática e religião a mais de um milhar de alunos." (Silva Rêgo, Pe. Doutor Antônio da, "História do Império Colonial Português")

"Cioso de proteger os europeus que se estabelecessem no Baixo-Congo, o rei atribuiu-lhes um estatuto que lhes dava uma série de garantias confiando esse trabalho jurídico a Baltazar de Castro; porém, este elaborou um regulamento tão complicado que Afonso lhe perguntou: "Diz-me, Castro, qual é a multa que se paga em Portugal, quando se joga tudo fora?"(Jo GERARD, jornal citado) Afonso se preocupava muito em valorizar o seu país. Para isso, concedeu todas as facilidades ao prospector Ruiz Mendes, que descobriu importantes jazidas de chumbo e em 1539 um alemão, que era protegido do monarca congues, descobriu filões de cobre e de prata.

Nessa época, um fundidor desconhecido vazou, no Baixo-Congo, as primeiras estatuetas da Virgem e de Cristo, inspirando destarte aos artesãos negros."

Um dos historiadores que estudaram e pesquisaram o reino do Congo, Olivier de Bouveignes, escreve:

< Em 1526, Afonso pediu 50 missionários ao rei de Portugal. Ele tinha estabelecido um plano de evangelização de que o seu filho, o Bispo Henrique, ia ser, na capital, o eixo e o inspirador. Os missionários trabalhariam nos centros mais populosos do interior. Ao mesmo tempo, para lutar contra os feiticeiros e os curandeiros, Afonso solicitou o envio de médicos.>

16- A CATOLICIDADE DE D.AFONSO, DEFENSOR DO LUSOFONISMO

A lealdade desse monarca congues para com Portugal, foi sempre sincera.

Em 1524 apareceu no rio Zaire, um navio francês que os portugueses tentaram apresar. Foram os franceses mal sucedidos e ao fim de uns tempos, dizimados pelo clima; só restaram dez, um dos quais Afonso utilizou como mestre-escola e outro, para fazer o telhado da catedral. Entre os franceses, havia um sacerdote que também poderia servir de mestre-escola; contudo o rei do Congo não quis ficar com ele ao serem enviados para Portugal esses sobreviventes, porque entendia que "a evangelização de seu reino só devia ser feita por sacerdotes portugueses."

Pe. Antônio Brásio, a quem se deve a maravilhosa obra, com cerca de 30 grossos volumes, "MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA", edição da Agência Geral das Colônias (esgotada, mas de que possuímos, em Lisboa, uma coleção em nossa biblioteca que receamos venha a ter o destino atrás referido...) publicou na revista PORTUGAL EM ÁFRICA, Jan.-Fev. de 1953, um precioso fragmento da Torre do Tombo, de Lisboa, em que D.Afonso manifesta "o desejo de ter no seu reino dois bispos, ambos de sua família." (Torre do Tombo, Fragmentos, Maço 2).

D. Henrique, que enfatizamos neste modesto trabalho de divulgação porque disso é merecedora a sua memória, regressou ao Congo em 1520, mas permaneceu sempre Bispo de Útica, não chegando a ser Bispo do Congo. Como tal, exercia as vezes de vigário geral do Bispo do Funchal.

Havia dificuldades várias para a criação de uma diocese no Congo, que só foi criada em 1596. D. Henrique morreu antes de 1539.

Carlos Mário Alexandrino da Silva